

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 172

Período: 05/06/05 a 10/06/05

França – Brasil

- 1- Lei do Abate muda rota do tráfico de armas
- 2- Ministro da Defesa confirma compra de 12 caças Mirage da França
- 3- Militares fazem protesto no Rio de Janeiro contra atual governo
- 4- Coluna Opinativa afirma que documentos secretos da ditadura já podem ser consultados
- 5- Ministério da Defesa nega falta de apoio à Varig
- 6- Brasil se opõe à proposta dos EUA na Assembléia-Geral da OEA
- 7- Missão da ONU no Haiti recebe críticas e recomendação para envio de tropas dos EUA
- 8- Diante de ameaça de veto à reforma do CS da ONU, G-4 reformula proposta

Lei do Abate muda rota do tráfico de armas

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, após a entrada em vigor da Lei do Abate, o contrabando de armas na fronteira do Brasil passou a ter pelo menos duas rotas alternativas. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados, que investiga o tráfico de armas no Brasil, foi responsável pelo referido diagnóstico. Sancionada em 1998 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e regulamentada em julho de 2004 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei do Abate autoriza, desde outubro passado, a derrubada de aeronaves consideradas suspeitas que entram no território brasileiro. Portanto, devido ao risco do abate dos aviões, os contrabandistas passaram a transportar as armas provenientes da Bolívia e do Paraguai, não mais pelo espaço aéreo, mas em picapes e veículos de pequeno porte. Bem como, passaram a utilizar uma nova rota proveniente do Suriname, na qual os aviões não ultrapassam por via aérea a fronteira Brasil-Suriname, mas via oceano Atlântico percorrem o litoral da região Nordeste e entram no país por algum ponto da região. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/06/05*).

Ministro da Defesa confirma compra de 12 caças Mirage da França

Conforme informou o jornal *Folha de S. Paulo*, o Brasil irá comprar 12 caças supersônicos da França para substituir os atuais Mirage IIIEBR, que devem ser desativados no fim deste ano. O negócio, especulado desde que o Brasil desistiu da licitação internacional para a compra de novos caças, foi confirmado no último dia 05 pelo ministro da Defesa e vice-presidente, José Alencar. No entanto, o anúncio oficial só será realizado em 14 de julho, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará da festa nacional francesa em Paris. Segundo a *Folha*, o ministro teria citado genericamente o valor de US\$ 60 milhões pelas aeronaves (sem incluir os armamentos), que devem durar 15 anos. O avião escolhido para proteger o espaço aéreo central brasileiro é o Mirage 2000-C. O modelo tem superioridade

aérea, porém não possui as capacidades desejadas pela Força Aérea Brasileira (FAB), de combate BVR (sigla inglesa para "além do alcance visual"), ou seja, não pode atingir alvos muito distantes com mísseis guiados por radar. (Folha de S. Paulo – Brasil – 06/06/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/06/05).

Militares fazem protesto no Rio de Janeiro contra atual governo

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, militares reformados e da reserva e seus familiares fizeram uma manifestação, neste dia 05, na cidade do Rio de Janeiro pela valorização das Forças Armadas, pelo reajuste de seus soldos e pensões e em protesto contra o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo os organizadores, cerca de 600 pessoas participaram do protesto. Apesar da possibilidade de punições, também havia militares da ativa no evento. Eles mostraram insatisfação com o governo em geral, mas queixavam-se principalmente de não terem recebido o reajuste prometido de 23%. O capitão-de-mar-e-guerra Jaime Cezar Gerin Guimarães, reformado, ressaltou que entre os militares é fundamental que o presidente como comandante das Forças Armadas cumpra o que foi prometido, tendo em vista a preservação da hierarquia. Outra queixa dos militares foi em relação à falta de recursos. Para o coronel reformado do Exército, Odin de Albuquerque, "As Forças estão sofrendo um desmonte (...)". Segundo o jornal, para alguns militares a democracia está ameaçada, pois para eles o atual clima assemelha-se aos anos que precederam o início do governo militar. O *Estado* ainda lembrou que os participantes do protesto carregavam uma faixa com a inscrição "Marcha com Deus pela Família", nome semelhante à de manifestações realizadas em 1964 contra o governo de João Goulart, deposto pelos militares. (O Estado de S. Paulo- Nacional – 06/06/05)

Coluna Opinativa afirma que documentos secretos da ditadura já podem ser consultados

Na coluna opinativa do jornal *Folha de S. Paulo*, o colunista Mário Magalhães tratou dos arquivos do regime militar brasileiro (1964-1985). Segundo ele, a data de aniversário do fim da ditadura que em março deste ano completou duas décadas oferece uma chance inédita para conhecer um período decisivo da história do país. Tal fato deve-se a aprovação da medida provisória (posteriormente aprovada pelo Congresso) e decreto publicados em dezembro do ano passado, os quais derrubaram parte da legislação restritiva sobre o acesso público a documentos sigilosos produzidos pelo Estado, aprovada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) no ano de 2002. Em 2004, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os mesmos prazos estabelecidos pelo próprio FHC em 1997 para desclassificação (tornar público o acesso) de papéis carimbados como "ultra-secretos" (máximo de 30 anos), "secretos" (20 anos), "confidenciais" (dez anos) e "reservados" (cinco anos) voltaram a ter validade, com direito a prorrogação por igual período. Entretanto, ignora-se que exista na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), atual detentora dos arquivos secretos do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), segundo Magalhães, algum movimento para renovar o prazo de

desclassificação. Desse modo, conforme os prazos restabelecidos por Lula, todos ou quase todos os documentos anteriores a 1985, que estão sob posse da Abin, já podem ser consultados. Portanto, qualquer “cidadão que bater hoje à porta da Abin tem o direito de conhecer os documentos datados de 1964 a 1985”, afirmou o colunista. (Folha de S. Paulo – Opinião – 06/06/05)

Ministério da Defesa nega falta de apoio à Varig

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa, Antônio Carlos Ayrosa Rosière, afirmou que o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, vem acompanhando os esforços da Varig em seu processo de reestruturação, mas que não cabe ao governo nenhuma ingerência na forma como a empresa conduz as negociações com seus possíveis investidores e parceiros. O executivo do Ministério da Defesa afirmou que o governo tem atuado de todas as formas para que a companhia possa encontrar as soluções para sua atual crise financeira, informou o jornal. (Jornal do Brasil – Economia – 07/06/06).

Brasil se opõe à proposta dos EUA na Assembléia-Geral da OEA

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, a proposta dos Estados Unidos de criar um mecanismo de fiscalização da democracia no continente ficou isolada na Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). O chanceler brasileiro Celso Amorim se contrapôs à proposta porque acredita que o mecanismo funcionaria como uma intervenção da OEA em assuntos internos. Segundo *O Globo*, pouco mais de uma dezena de países entre eles o México, Argentina e Colômbia também mantiveram uma posição contrária à iniciativa americana. O *Jornal do Brasil* informou que o Brasil e outras 10 nações apresentaram um projeto de resolução alternativo à proposta dos Estados Unidos, defendendo que a necessidade de assistência da OEA seja solicitada pelos próprios países. (Folha de S. Paulo – Mundo – 07/06/06; Jornal do Brasil – Internacional – 07/06/06; O Globo – O Mundo – 07/06/06).

Missão da ONU no Haiti recebe críticas e recomendação para envio de tropas dos EUA

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou a publicação do relatório “Destruindo a segurança no Haiti”, pelo International Crisis Group, centro de análises especializado em situações de conflito, localizado na Bélgica. O documento enfatiza a necessidade de se repensar a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), liderada militarmente pelo Brasil, afirmando a incapacidade da Missão em cumprir seu objetivo de estabilizar o território, e a falta de cooperação entre esta e o governo transitório haitiano. Entre as recomendações do relatório estão a elevação do contingente e a ampliação dos poderes legais da Minustah, bem como a necessidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas prorrogar o prazo da Missão, que tem seu vencimento previsto para o dia 24 deste mês. Os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, juntamente com a *Folha*, informaram que um editorial do jornal *The Washington Post* considerou a missão da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti um fracasso e recomendou o envio de tropas

americanas ao país. "Um amontoado de tropas latino-americanas suplementado por soldados da Jordânia, Nepal, Croácia e outros amigos improváveis do Haiti, não dão à missão coesão, profissionalismo e estômago para enfrentar os militantes", afirmou o *Post*. De acordo com a *Folha*, o *Post* teria afirmado que a embaixada norte-americana no Haiti solicitou ao governo dos EUA o envio de fuzileiros para garantir a segurança durante as próximas eleições no país. O chanceler Celso Amorim rechaçou as críticas e afirmou que o Brasil não tem objeção à participação dos EUA na Minustah desde que seja "sob o mandato da ONU". Segundo a *Folha*, o comandante militar da missão, o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que também foi criticado pelo jornal, reagiu às críticas e sustentou que "a insegurança não é generalizada, como os EUA fazem parecer". Na contramão das críticas, a secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, aprovou o desempenho brasileiro na liderança da missão de paz no Haiti, conforme noticiou a *Folha*. "Acho que seria um erro dizer que a Minustah não está funcionando e que precisa ser substituída por outros mecanismos", disse Rice. Ainda de acordo com a *Folha*, o representante do secretário-geral da ONU no Haiti, Juan Gabriel Valdés, afirmou que não há planos para enviar tropas de outros países com o fim de reforçar o contingente da força de paz que está no Haiti. Valdés declarou que o Paraguai enviou 200 homens e em breve partirá um destacamento de 150 homens da engenharia militar brasileira para trabalhar na recuperação da infra-estrutura do país. (Folha de S. Paulo – Mundo – 04/06/05; Folha de S. Paulo – Mundo – 06/06/05; Folha de S. Paulo – Mundo – 10/06/05; Jornal do Brasil – Internacional - 06/06/05; O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/06/05; O Estado de S. Paulo – Internacional – 08/06/05).

Diante de ameaça de veto à reforma do CS da ONU, G-4 reformula proposta

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o anúncio de que o governo chinês pretende vetar a resolução proposta por Brasil, Japão, Alemanha e Índia (Grupo dos 4), para ampliar o número de membros do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas (ONU), não abalou a confiança brasileira em conseguir um assento permanente no Conselho. Tal fato deve-se a nova proposta emendada ao projeto de reforma do CS, na qual o Grupo dos 4 desiste de tentar o direito de veto por pelo menos 15 anos, se eventualmente conseguir os assentos permanentes no órgão. De acordo com a *Folha*, tal emenda foi uma tentativa de diminuir as resistências acerca da reforma do órgão. O projeto do G-4 mantém a proposta de incluir no CS os países pertencentes ao G-4 e mais dois países africanos como permanentes, além de mais quatro países rotativos. Além dessa emenda, a estratégia do G-4 é de primeiramente aprovar a resolução na Assembleia Geral, conseguindo dois terços dos votos dos 191 países que a compõem e, com isso, afirmar na comunidade internacional que a maioria das nações querem a reforma do Conselho. Desse modo, os países resistentes à reforma, como a China e a Rússia, sentiriam-se pressionados a negociar sua posição, visto que a resolução proposta deve também ser aprovada obrigatoriamente pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança: Estados Unidos, China, Inglaterra, Rússia e França. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, declarou que está seguro da aprovação da proposta apresentada pelo G-4 e que o interesse brasileiro é participar do CS como membro permanente, não sendo necessário o poder de veto. O chanceler brasileiro

ainda advertiu que o principal trabalho do grupo a partir de agora será convencer o bloco da União Africana, com 54 países, que a proposta do G-4 é a mais aceitável no momento e que poderá ser aperfeiçoada no futuro. A vaga permanente no CS é colocada como uma das principais investidas do atual governo brasileiro, e foi reforçada no mês passado ao serem enviados 12 embaixadores para 60 países na tentativa de apoio à candidatura do Brasil no CS. Amorim também declarou que o G-4 está articulando-se para que a reforma seja feita o mais rápido possível, de preferência até o final deste mês, acatando a sugestão do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que recomendou a aprovação da reforma antes de setembro, mês de comemoração dos 60 anos da ONU. (Folha de S. Paulo – Brasil – 04/06/05; Folha de S. Paulo – Opinião – 04/06/05; Folha de S. Paulo – Brasil – 09/06/05; Folha de S. Paulo – Opinião – 10/06/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/06/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/06/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/06/05; O Globo – O Mundo – 09/06/05; O Globo – O Mundo – 10/06/05).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

O *Informe Brasil*** é uma produção do ***Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)*** do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Alexandre K. Yasui Matsuyama, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP), Carla Rubacow, Guilherme Miranda, Juliana Bigatão, Liliam Ane Cavalhieri da Cruz, (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.

